



PROBLEMAS DO HABITAR NA REABILITAÇÃO

Nuno Santos Pinheiro ¹, Paulo Brito da Silva ², Alexandra de Carvalho Antunes ³

¹ Professor Professor Catedrático - Faculdade de Arquitetura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa, Rua da Junqueira 188-198, 1349-001 Lisboa, Portugal; nunosantospinheiro@clix.pt, nunosp@lis.ulusiada.pt

² Professor Auxiliar - Faculdade de Arquitetura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa, Rua da Junqueira 188-198, 1349-001 Lisboa, Portugal; 13000460@edu.ulusiada.pt

³ Professora Auxiliar - Faculdade de Arquitetura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa, Rua da Junqueira 188-198, 1349-001 Lisboa, Portugal; apc.antunes@clix.pt, aca@edu.ulusiada.pt

Palavras-chave: Conservação e reabilitação do património edificado, Conceitos

Sumário: Apresenta-se reflexão sobre a evolução das necessidades derivantes da evolução do habitar, assim como as suas implicações nos conceitos e teorias de intervenção de reabilitação ou de salvaguarda em edifícios ou conjuntos para habitação.

1. INTRODUÇÃO

A reabilitação, recuperação e salvaguarda são conceitos que estão relacionados, mas que são distintos. A proteção e salvaguarda usa critérios e conceitos gerais sobre a atuação em património construído com o objetivo de assegurar a sua existência futura. A reabilitação procura uma intervenção nos edifícios ou conjuntos construídos, urbanos ou rurais, para que possam continuar a ser habitados, mantendo, também, evidentemente a sua existência futura. Todavia a reabilitação pode implicar a indispensabilidade de alterações que nem sempre serão compatíveis com as teorias e critérios relativos à intervenção em património construído. O objetivo deste estudo é, precisamente, refletir sobre a evolução das necessidades derivantes da evolução do habitar e das suas implicações, eventualmente paradoxais, nos conceitos e teorias relativos a intervenções de reabilitação ou salvaguarda em edifícios ou conjuntos para habitação.

2. REABILITAÇÃO, RECUPERAÇÃO E SALVAGUARDA

As teorias e conceitos sobre património evoluíram ao longo do tempo e apresentam alguma diversidade de perspetivas. Desde as fases iniciais de organização de uma teoria sobre intervenção em edifícios existiram diversas perspetivas. No séc XIX, Viollet-Le-Duc apresentou uma perspetiva de intervenção que pretendia fazer voltar o monumento ao seu estado original, mesmo que este não tivesse existido, repondo-o através da recolha de informação, das regras de estilo ou pela analogia com edifícios semelhantes. Na prática, defendia a destruição de todos os acrescentos de outras épocas, de modo a restituir cientificamente o original, mesmo que de modo idealizado. De modo oposto, John Ruskin considerava que os monumentos não deviam ser adulterados por operações de restauro, admitindo apenas a preservação ou a conservação, mantendo todos os testemunhos existentes. Camillo Boito conciliou estas posições mais extremadas, a naturalista e a conservacionista, defendendo a consolidação, a manutenção de todo o passado do edifício e valorização da sua riqueza arquitetónica e documental. Esta perspetiva fundamentou grande parte da evolução das teorias preponderantes sobre património. Como aspetos mais relevantes, salientam-se a limitação das intervenções ao mínimo possível, com identificação e visibilidade das partes acrescentadas, diferenciação entre os materiais antigos e modernos e registo documental da intervenção. Imbuído desta tradição, Giovannoni foi considerado um dos mais importantes participantes na Conferência de Atenas de 1931, onde foram consagradas estas

regras de proteção e salvaguarda de monumentos, publicadas num documento com valor internacional e denominado *Carta de Atenas*. Mas, por esta altura, Cesare Brandi expunha um conceito ligeiramente diferente, admitindo o restabelecimento da unidade potencial da obra, embora sem praticar uma falsificação artística ou histórica e sem apagar a evolução do edifício ao longo do tempo.

A *Carta de Veneza* veio, posteriormente, adotar muitos destes princípios da *Carta de Atenas* e continua a ser, em conjunto com outras cartas surgidas posteriormente, um dos suportes teóricos sobre a intervenção em património construído. Entre estas cartas, salientam-se a *Recomendação de Nairobi*, sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos, a *Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas* e a *Carta de Amesterdão*, ou a *Carta Europeia do Património Arquitectónico*.

3. A EVOLUÇÃO DO HABITAR

A principal característica da evolução do habitar é que as mudanças ocorrem muito rapidamente, enquanto os edifícios são feitos para tempos de duração relativamente longos, pelo que é provável que o programa de uso inicial de um edifício a breve prazo fique desajustado. Apesar de as famílias serem cada vez menos numerosas e de, tendencialmente, precisarem de menos espaço, também necessitam de casas com capacidade para acolher várias famílias, ou uma família alargada, porque os filhos não conseguem autonomizar-se facilmente. As casas e as famílias poderão passar a ser frequentemente multifamiliares, com núcleos em co-habitação, com modos de distribuição e articulação dos espaços que permitam a relação destas estruturas familiares. A evolução demográfica também sugere a maior necessidade de meios espacialmente adaptados a uma população mais envelhecida, nomeadamente meios mecânicos de acesso.

A casa deixou de estar relacionada "com o mundo" e com a intermediação do espaço urbano, passando a estar ligada directamente "ao mundo" pelas redes técnicas, nomeadamente de telecomunicações. Sendo considerado imprescindível este tipo de infraestrutura, nesta nova estrutura de uso das casas os quartos adquirem mais importância e mais tempo de permanência, em detrimento de espaços comuns como a sala ou a cozinha. Muitos tipos de actividades e de serviços começam a poder ser desenvolvidos a partir de casa, sem necessidade de escritório ou da presença nas companhias. Também o trabalho por conta de outrem ou individual pode ser executado em casa, com integração plena em equipas de trabalho, por vezes localizadas em países distantes.

Estas rápidas evoluções da estrutura de uso também sugerem a necessidade de flexibilidade da disposição e estruturação dos espaços.

4. CONTRADIÇÕES ENTRE EVOLUÇÃO DO HABITAR E REABILITAÇÃO

As rápidas mudanças das necessidades de uso resultantes da evolução do habitar sugerem que os edifícios precisam de ser alterados, eventualmente com uma certa frequência, o que pode ser contraditório com teorias e conceitos de cariz mais conservacionista, que tendem a imobilizar os edifícios relativamente a uma época. Em especial a configuração da disposição das paredes divisórias interiores pode afetar a adequação às novas características das estruturas familiares. Também a evolução demográfica, com uma média populacional mais envelhecida, obriga à adequação a critérios relacionados com uma mobilidade mais reduzida, sem o que os edifícios se tornem impraticáveis, obrigando as pessoas a procurar soluções noutras zonas urbanas.

A instalação de redes técnicas de serviços que confirmem conforto e satisfaçam as necessidades da vida contemporânea também parece ser um aspeto essencial que, no entanto, obriga a intervenções com alterações significativas nos edifícios.

Este tipo de situações paradoxais já pode ser observado em algumas intervenções de reabilitação urbana, tendo-se verificado que as pessoas realojadas temporariamente noutras habitações se recusaram a voltar para as suas antigas casas depois de reabilitadas.